



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CARLOS BARBOSA – RS**

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Carlos Barbosa, de acordo com as atribuições conferidas pelo art. 43, II, da Lei Orgânica Municipal, promulga o seguinte REGIMENTO INTERNO.

**TÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A Câmara Municipal é o Poder Legislativo do Município e se comporá de tantos Vereadores quantos forem determinados pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º A Câmara exercerá suas funções com independência e harmonia em relação ao Poder Executivo, deliberando sobre todas as matérias de sua competência na forma da Lei Orgânica Municipal e deste Regimento Interno.

Art. 3º A Câmara Municipal tem atribuições legislativa, de assessoramento, de fiscalização e controle, de julgamento e de administração.

§ 1º A função legislativa consiste na elaboração, na apresentação, no exame e na deliberação dos projetos de emenda à Lei Orgânica, Lei Ordinária, Decreto Legislativo e Resoluções referentes a matérias de competência do Município.

§ 2º A função de assessoramento consiste em sugerir ao Poder Executivo medidas de interesse público, mediante a apresentação de indicação, pedido de providências, comissões de representação e requerimentos.

§ 3º A função de fiscalização e controle, de caráter político-administrativo, consiste em pedido de informações, formação de comissões parlamentares de inquérito,

formação de comissão especial, convocação de Secretários e servidores municipais e julgamento das contas do Prefeito e do Presidente da Câmara que anualmente devem prestar.

§ 4º A função julgadora é exercida pela Câmara quando do julgamento das infrações político-administrativas do Prefeito Municipal e dos Vereadores, nos termos da legislação aplicável.

§ 5º A função administrativa da Câmara é exercida através da Mesa Diretora, competindo-lhe sua organização interna, regulamentação, estruturação e direção de seus serviços e gestão orçamentária.

CAPÍTULO II

DA SEDE

Art. 4º A Câmara Municipal realizará as sessões em sua sede oficial.

§ 1º A Câmara poderá realizar sessões ordinárias fora da sua sede, nas comunidades do interior do Município, sendo as datas, locais e horários definidos pela Mesa Diretora da Câmara, em conjunto com as lideranças de bancada e presidentes das Comissões Permanentes, com frequência de até três por Sessão Legislativa. (Redação alterada pela Resolução nº 01, de 25 de fevereiro de 2015).

§ 2º Reputam-se nulas as reuniões realizadas fora da sede, ressalvadas as reuniões solenes ou comemorativas e as previstas no § 1º.

§ 3º Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outro motivo que impeça a sua utilização, as reuniões poderão ser realizadas em recinto diverso, designado pela Mesa Diretora da Câmara, mediante a lavratura de auto de verificação da ocorrência pelo Secretário, a requerimento de no mínimo um terço dos Vereadores.

§ 4º Além dos atos pertinentes à função parlamentar, só se realizarão no Plenário da Câmara e mediante prévia autorização da Mesa Diretora reuniões de caráter político, cultural ou de interesse da comunidade.

TÍTULO II

DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES

Art. 5º Compete ao Vereador:

- I – participar das discussões e deliberações do plenário;
- II – votar na eleição da Mesa Diretora e comissões da Câmara Municipal;
- III – concorrer aos cargos da Mesa e das comissões;

- IV – usar da palavra em plenário;
- V – apresentar proposições;
- VI – cooperar com a Mesa para a ordem e eficiência dos trabalhos;
- VII – usar dos recursos previstos neste Regimento;
- VIII – representar a Câmara de Vereadores, quando assim for deferido pelo Plenário;
- IX – fiscalizar a atuação da administração municipal, encaminhando os atos necessários na apuração de fatos que apresentem irregularidade.

Art. 6º É dever do Vereador:

- I – apresentar-se decentemente trajado e comparecer às reuniões plenárias;
- II – desempenhar os cargos ou funções para os quais foi eleito ou designado;
- III – Examinar todas as proposições submetidas a sua apreciação e a seu voto sob a ótica do interesse público. (Redação alterada pela Resolução nº 02, de 12 de junho de 2014).
- IV – portar-se com respeito, decoro e atenção às suas responsabilidades de Vereador;
- V – deferir o tratamento respeitoso e devido aos seus pares e demais pessoas que participem dos trabalhos da Câmara Municipal e de suas comissões;
- VI – exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;
- VII – desincompatibilizar-se e fazer declaração de bens no ato da posse, de acordo com a Lei.

Art. 7º (Revogado pela Resolução nº 03, de 15 de agosto de 2014)

SEÇÃO I

DO MANDATO DE VEREADOR

Art. 8º (Revogado pela Resolução nº 03, de 15 de agosto de 2014)

Art. 9º (Revogado pela Resolução nº 03, de 15 de agosto de 2014)

Art. 10 Extingue-se o mandato e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando:

- I – Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;
- II – Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;
- III – deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada,

licença ou missão autorizada pela edilidade, assegurada ampla defesa;

IV – deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito, por escrito e mediante recibo de recebimento, para apreciação de matéria urgente, assegurada ampla defesa;

V – Incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos em lei e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou pela Câmara.

Parágrafo Único. Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

SEÇÃO II

GARANTIAS PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 11 Os Vereadores são invioláveis por suas palavras e votos proferidos no exercício do mandato na circunscrição do Município.

Parágrafo Único. Compete à Mesa Diretora tomar as providências necessárias na defesa dos direitos dos Vereadores decorrentes do exercício do mandato.

CAPÍTULO II

DA LICENÇA E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 12 O Vereador licenciar-se-á para:

I – tratamento de saúde, com remuneração nos termos da legislação vigente;

II – tratar de interesse particular, sem remuneração.

§ 1º No caso do inciso I, a licença será concedida por prazo determinado, mediante apresentação de atestado médico.

§ 2º No caso do inciso II, a licença será solicitada por requerimento escrito e concedida por decisão do plenário, pelo prazo mínimo de sete dias e no máximo de cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 3º As licenças previstas neste artigo serão votadas com preferência sobre as demais matérias.

Art. 13 Para desempenhar o cargo de Secretário Municipal, o Vereador, ficará afastado da vereança a partir da leitura de sua comunicação em Plenário, independente de votação.

Art. 14 O suplente de Vereador será convocado nas licenças a que se refere o art. 12 e na hipótese do art. 13 deste Regimento, segundo o disposto na Lei Orgânica.

§1º Será convocado o suplente quando o Presidente assumir o cargo de Prefeito.

§2º No caso da licença para tratamento de saúde, quando o atestado médico for apresentado no dia em que ocorrer sessão ordinária, a convocação do suplente somente se dará, na mesma data, se o mesmo for apresentado até às doze horas do referido dia. (Redação alterada pela Resolução nº 02, de 1º de dezembro de 2016.)

CAPÍTULO III DA VACÂNCIA

Art. 15 A vaga de Vereador dar-se-á por licença, extinção ou perda do mandato, nos termos da Lei Orgânica.

§ 1º Verificada a existência da vaga, será convocado o suplente.

§ 2º Se a vaga ocorrer durante o período de recesso, o suplente prestará compromisso perante a Comissão Representativa.

CAPÍTULO IV DO SUBSÍDIO E DAS DIÁRIAS

Art. 16 Os Vereadores perceberão subsídio compatível com o exercício do mandato, nos termos da Constituição Federal.

Art. 17 O Vereador, quando se afastar do Município a serviço ou representação da Câmara, perceberá diárias, nos termos do ato normativo próprio da Câmara Municipal e legislação pertinente.

TÍTULO III DA INSTALAÇÃO CAPÍTULO I

DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO

Art. 18 Cada Legislatura instalar-se-á, presente a maioria absoluta dos eleitos, no mínimo, em sessão solene realizada no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao da eleição, às nove horas para:

I – tomar o compromisso e dar posse aos Vereadores e, a seguir, ao Prefeito e ao Vice–Prefeito;

II – eleger e dar posse à Mesa Diretora;

§ 1º Assumirá a presidência da sessão solene o Vereador mais votado, e em caso de empate o mais idoso.

§ 2º Na sessão solene de instalação obedecer-se-á a seguinte ordem do dia:

a) apresentação por todos os eleitos, de seus diplomas eleitorais e entrega da respectiva declaração de valores e bens, bem como a comunicação do seu nome

parlamentar, com o qual deverá figurar nas publicações e registros da Câmara; (Redação alterada pela Resolução nº 30, de 14 de julho de 2022).

- b) prestação do compromisso legal;
- c) posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- d) eleição e posse dos membros da Mesa Diretora;

§ 3º O compromisso referido na alínea "b" será prestado, individualmente, da Tribuna do Plenário, pelos Vereadores eleitos, pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito, e consiste na leitura da seguinte fórmula: PROMETO CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM COMUM E EXERCER O MEU MANDATO SOB A INSPIRAÇÃO DO PATRIOTISMO, DA LEALDADE E DA HONRA.

§ 4º Prestado o compromisso, o Presidente dar-lhes-á posse com as seguintes palavras: DECLARO EMPOSSADO O SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, O SENHOR VICE- PREFEITO MUNICIPAL E OS SENHORES VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO.

§ 5º Os Vereadores ou Suplentes convocados, que não comparecerem ao ato de instalação serão empossados pelo Presidente da Câmara, até a segunda sessão ordinária realizada pelo Plenário, após apresentação do respectivo diploma e declaração de valores e bens.

§ 6º A recusa do Vereador em tomar posse importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente, após o decurso de cinco dias, declarar extinto o seu mandato e convocar o suplente.

§ 7º O suplente de Vereador convocado durante o exercício legislativo prestará compromisso na primeira sessão em que assumir o mandato, que será válido para toda a Legislatura.

§ 8º Empossados os Vereadores, o Prefeito, e o Vice-Prefeito, a sessão será suspensa por dez minutos.

§ 9º Reabertos os trabalhos, proceder-se-á à eleição dos membros da Mesa Diretora, conforme disposto neste Regimento.

§ 10 Declarada eleita e empossada, a Mesa Diretora assumirá a direção dos trabalhos.

CAPÍTULO II

DO PERÍODO LEGISLATIVO

Art. 19. A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, no período de 1º de Fevereiro a 19 de Dezembro, entrando em recesso a partir de 20 de Dezembro a 31 de Janeiro, exceto no primeiro ano de exercício legislativo que haverá recesso somente a partir do dia 20 de Dezembro.

Art. 19-A. Na primeira sessão ordinária de cada Legislatura se procederá a:

- a) constituição e posse das Comissões Permanentes;
- b) indicação dos líderes dos partidos ou blocos.

I – As Bancadas ou blocos encaminharão ao Presidente da Câmara de Vereadores, em documento subscrito pela maioria de seus membros, a indicação dos Líderes de Bancada, os quais assumirão desde logo suas funções;

II – Os Líderes de Bancada indicarão, ao Presidente, os Vereadores para comporem as comissões;

III – A Mesa Diretora providenciará na constituição das Comissões, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem do Colegiado.

Art. 20 A Câmara Municipal reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara, pela Comissão Representativa ou por solicitação da maioria de seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante, em qualquer das hipóteses com a aprovação de uma dessas situações, pela maioria absoluta.

§ 1º Na sessão legislativa extraordinária a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de qualquer parcela indenizatória, em razão da convocação.

§ 2º Para as reuniões extraordinárias, a convocação dos Vereadores será pessoal e por escrito, desde que atualizado o endereço de sua residência na Secretaria da Câmara.

§ 3º Não sendo localizado o Vereador, se necessário para complementação do quorum de deliberação, será convocado o respectivo suplente.

TÍTULO IV

DA MESA DA CÂMARA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 21 A Mesa Diretora é o órgão de direção dos trabalhos da Câmara Municipal.

Art. 22 A Mesa compor-se-á de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

§ 1º É de um ano o mandato dos membros da Mesa, sendo permitida uma reeleição para o mesmo cargo.

Art. 23 Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa até 30 dias antes do término do mandato, será a vaga preenchida mediante eleição, se possível, na primeira sessão que houver.

§ 1º Verificando-se a vaga após o prazo estabelecido neste artigo, serão adotadas as seguintes providências:

I – Em se tratando do cargo de Presidente, complementarará o mandato o Vice-Presidente;

II – Vagando qualquer dos demais cargos da Mesa, assim permanecerão até o fim dos respectivos mandatos.

§ 2º Vaga a Presidência, assumirá a função, em caráter interino, e sucessivamente, o Vice-Presidente, o Primeiro Secretário e o Segundo Secretário.

§ 3º Até que se proceda à eleição o Presidente interino ficará investido na plenitude das funções do cargo.

§ 4º Na ausência, ou vaga do Primeiro e Segundo Secretário, o Presidente convocará qualquer Vereador para desempenhar, no momento, as respectivas funções.

Art. 24 O Presidente da Mesa não fará parte de comissões.

Art. 25 Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído pelo voto de dois terços dos membros da Câmara quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, assegurada ampla defesa, elegendo-se outro Vereador para completar o mandato.

Art. 26 As funções dos membros da Mesa somente cessarão:

I – ao final do mandato;

II – pela renúncia apresentada por escrito;

III – pela perda do mandato;

IV – pela destituição do cargo;

V – por morte.

Art. 27 Vagando qualquer cargo da Mesa, proceder-se-á, na primeira sessão seguinte a da verificação da vaga, a eleição para seu preenchimento.

Art. 28 Em caso de renúncia total da Mesa assumirá a presidência o Vereador mais idoso, procedendo-se nova eleição na sessão ordinária imediata.

CAPÍTULO II

DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 29 A eleição da Mesa Diretora será por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 1º A votação será secreta, mediante cédulas impressas ou datilografadas, cujas chapas deverão ser apresentadas até cinco horas antes da sessão, na Secretaria da Câmara, com a indicação do nome dos candidatos e dos respectivos cargos, exceto na escolha da primeira Mesa Diretora da Legislatura, cuja apresentação das mesmas deve acontecer até uma hora antes da reunião.

§ 2º O Presidente fará a leitura dos votos determinando sua contagem por dois escrutinadores, proclamando os eleitos que assumirão, automaticamente, em primeiro de janeiro subsequente.

§ 3º Em caso de empate serão considerados eleitos, para cada cargo, os candidatos mais idosos.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA

Art. 30 Compete à Mesa da Câmara:

I – tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II – promulgar Emendas à Lei Orgânica;

III – deliberar sobre questões de ordem;

IV – regulamentar, se necessário, as Resoluções da Câmara;

V – indicar os ordenadores de despesa;

VI – iniciar, privativamente, o processo legislativo nos seguintes casos:

a) projeto de lei de fixação do subsídio de seus membros, do Prefeito e do Vice- Prefeito, até sessenta dias antes das eleições e o do subsídio dos Secretários Municipais;

b) alteração do Regimento Interno;

c) organização dos serviços administrativos da Câmara;

d) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Câmara e fixação, por lei, da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VII – expedir Resolução de Mesa;

VIII – propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, ou por omissão.

§ 1º As Resoluções de Mesa conterão deliberações administrativas para a prática de atos de sua exclusiva competência dispensada para sua promulgação deliberação do Plenário.

§ 2º São matérias de Resoluções de Mesa:

a) as previstas nos incisos IV, VI alíneas “b” e “c” e VII;

b) demais normas administrativas atinentes à prática de atos de direção, administração e execução das deliberações do Plenário.

Art. 31 Os membros da Mesa reunir-se-ão, pelo menos mensalmente, a fim de deliberar, por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, sobre todos os

assuntos da Câmara sujeitos ao seu exame, assinando os respectivos atos e decisões e dando-lhes publicação.

§ 1º As reuniões serão secretariadas pela Direção-Geral ou por servidor por ela designado, que delas lavrará ata circunstanciada e assinada por todos os presentes.

§ 2º A convite da presidência poderão participar das discussões os Líderes de Bancadas, sem direito a voto.

CAPÍTULO IV

DO PRESIDENTE

Art. 32 O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as atividades internas, competindo-lhe, dentre outras atribuições:

I – Quanto às atividades legislativas:

a) convocar, nos termos do art. 20 deste Regimento, os Vereadores para as sessões extraordinárias, com antecedência mínima de quarenta e oito horas;

b) determinar, a requerimento do autor, a retirada de proposição;

c) declarar prejudicada a proposição, em face da rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo, salvo, na primeira hipótese, se for por solicitação da maioria absoluta dos Vereadores;

d) autorizar o desarquivamento de proposição não votada, por solicitação de seu autor;

e) distribuir processos às comissões e incluí-los na pauta;

f) observar o cumprimento de prazos no processo legislativo e nos concedidos às comissões e, quando for o caso, ao Poder Executivo;

g) nomear os membros titulares e suplentes das comissões especiais criadas por deliberação da Câmara;

h) declarar a destituição de membro das comissões quando este incidir no número de faltas previstas neste Regimento;

i) promulgar e fazer publicar os atos da Mesa e da Presidência, as Leis, as Portarias, as Resoluções e os Decretos Legislativos;

j) fazer cumprir o Regimento Interno.

II – Quanto às sessões:

a) convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações do presente Regimento;

b) determinar ao Secretário a leitura das atas e das comunicações que entender conveniente;

c) determinar, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de quorum;

d) declarar esgotado o tempo destinado à matéria do expediente, à ordem do dia e às explicações pessoais, inclusive quanto às prorrogações dos prazos regimentais concedidos;

e) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento, e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão;

f) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou faltar ao devido respeito à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, chamando-o à ordem e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

g) chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito;

h) estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

i) anunciar a matéria da discussão ou da votação e o resultado;

j) resolver sobre os requerimentos que, por este Regimento, forem de sua alçada;

k) manter a ordem no recinto da Câmara, advertir os assistentes, retirá-los do recinto, podendo solicitar a força necessária a esses fins;

l) determinar que seja nominado em ata os Vereadores que votaram proposições a favor, contra ou se abstiveram;

m) comunicar ao Plenário, na primeira sessão subsequente a que tenha tomado conhecimento, fato de que decorra a extinção de mandato de Vereador, nos casos previstos na legislação específica, e convocar imediatamente o respectivo suplente;

n) mandar anotar em livro próprio os precedentes regimentais para a solução de problemas análogos;

o) anunciar o término das sessões, convocando antes a sessão seguinte.

III – Quanto à administração da Câmara Municipal:

a) nos termos da legislação em vigor, nomear, exonerar, demitir, promover e suspender servidores da Câmara, conceder-lhes férias, licenças, abonos de faltas, aposentadoria, acréscimo de vencimentos e promover-lhes a responsabilidade administrativa, bem como buscar a responsabilidade civil e criminal, quando for o caso;

b) superintender os serviços da Câmara e autorizar, nos limites do orçamento, as suas despesas, bem como requisitar o numerário ao Poder Executivo;

c) proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara, de acordo com a legislação pertinente;

d) determinar a abertura de sindicâncias e inquéritos administrativos;

e) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua Secretaria;

f) providenciar, nos termos da Constituição Federal, a expedição de certidões que lhe forem solicitadas, relativas a despachos, atos ou informações;

g) fazer, ao fim de sua gestão, relatório dos trabalhos da Câmara no respectivo período;

h) promulgar, juntamente com os demais membros da Mesa, as Resoluções e os Decretos Legislativos;

i) promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceite essa decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito.

IV – Quanto às relações externas da Câmara de Vereadores:

a) conceder audiências públicas na Câmara em dias e horário pré-fixado;

b) representar judicialmente a Câmara, quando necessário, ad referendum ou por deliberação do Plenário;

c) encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações aprovados pelo Plenário;

d) manter os contatos oficiais com o Prefeito e demais autoridades;

e) encaminhar ao Prefeito a convocação dos Secretários municipais ou servidores para prestar informações;

f) dar ciência ao Prefeito da tramitação de projetos de sua iniciativa, em até quarenta e oito horas, quando expressamente solicitada tal informação, bem como depois de apreciados pelo Plenário, em igual prazo, encaminhá-los, se aprovados, para sanção ou veto.

Art. 33 Compete, ainda, ao Presidente:

I – executar as deliberações do Plenário;

II – assinar a ata das sessões, os editais, os demais atos administrativos e o expediente da Câmara;

III – dar andamento legal aos recursos interpostos contra os seus atos, os da Mesa ou da Câmara;

IV – licenciar-se da presidência quando precisar ausentar-se do Município por mais de dez dias, com autorização do Plenário;

V – dar posse aos Vereadores que não foram empossados no primeiro dia da Legislatura, aos Suplentes de Vereadores, bem como presidir a sessão de eleição da Mesa para o período seguinte e dar-lhe posse;

VI – declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, nos casos previstos em Lei;

VII – mandar cancelar, nos registros da Câmara, expressões ofensivas à dignidade dos componentes da administração pública em geral ou consideradas antiparlamentares;

VIII – substituir o Prefeito, nos impedimentos do Vice-Prefeito, ou sucedê-lo no

caso de vaga, completando o seu mandato ou até que tome posse outro eleito para o cargo, nos termos da legislação pertinente;

IX – representar, por decisão de dois terços da Câmara, requerendo a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Estadual;

X – interpelar o Prefeito, se necessário judicialmente, quando este deixar de colocar à disposição da Câmara, as quantias requisitadas ou, se for o caso, a parcela correspondente ao duodécimo de suas dotações orçamentárias.

Art. 34 O Presidente da Câmara só pode ser signatário de proposição de iniciativa da Mesa.

Art. 35 O Presidente da Câmara só terá direito a voto quando:

I – da eleição da Mesa;

II – o processo de votação for secreto;

III – se verificar empate em votação nominal;

IV – da apreciação de veto;

V – exigir o quorum de maioria absoluta ou qualificado de dois terços.

Art. 36 O Presidente será sempre considerado, para efeito de quorum, nas discussões e votações plenárias.

Art. 37 O Presidente não poderá integrar qualquer comissão, permanente ou temporária, salvo a comissão representativa.

Art. 38 Só no caso de ausência de seus substitutos legais poderá o Presidente tomar parte na discussão plenária sem abandonar a presidência.

Art. 39 Quando o Presidente se omitir ou exorbitar das suas funções, qualquer Vereador poderá interpor recurso ao Plenário.

Parágrafo Único. O recurso será de imediato, submetido à apreciação, salvo reconsideração prévia do Presidente.

CAPÍTULO V

DO VICE- PRESIDENTE

Art. 40 Compete ao Vice-Presidente da Câmara:

I – substituir o Presidente da Câmara em ausências, impedimentos ou licenças;

II – promulgar e fazer publicar as Leis, Resoluções e Decretos Legislativos sempre que o Presidente, ainda que em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III – promulgar e fazer publicar as leis quando o Prefeito e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo.

CAPÍTULO VI

DOS SECRETÁRIOS

Art. 41 São atribuições do 1º Secretário:

I – receber o expediente, correspondência, representação, petição ou memorial dirigido à Câmara, encaminhando-os ao destino;

II – proceder à chamada dos Vereadores ao abrir-se à sessão, confrontá-la com o livro de presenças ou painel eletrônico, anotando os que compareceram e os que faltaram, com causa justificada ou sem, e outras ocorrências sobre o assunto, encerrar o livro de presenças no final da sessão, ou assinar o relatório de presenças; (Redação alterada pela Resolução nº 43, de 18 de outubro de 2023).

III – fazer a chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pela presidência;

IV – ler a ata, o expediente recebido, as proposições, as indicações e demais papéis que devam ser do conhecimento do Plenário;

V – fazer a inscrição dos Vereadores;

VI – superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da sessão e assiná-la juntamente com o Presidente e demais Vereadores;

VII – redigir e transcrever as atas das sessões;

VIII – assinar com o Presidente os atos da Mesa e as Resoluções da Câmara;

IX – inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observar o Regimento;

X – apurar os votos abertos do Plenário e fiscalizar a apuração dos secretos;

XI – substituir o Presidente e o Vice-Presidente, na forma deste Regimento.

Parágrafo Único. A atribuição dos incisos IV e VII poderá ser delegada, a requerimento do 1º Secretário, a servidor designado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal ou ao 2º Secretário. (Redação alterada pela Resolução nº 20, de 10 de abril de 2018).

Art. 42 Compete ao 2º Secretário:

I – substituir o 1º Secretário nas suas licenças, impedimentos e ausências;

II – substituir o Presidente e o Vice-Presidente na forma deste Regimento.

TÍTULO V

DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 43 As comissões, permanentes e especiais, são órgãos técnicos e

destinados, em caráter permanente ou transitório, a proceder a estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o Poder Legislativo.

Art. 44 As comissões são:

- I – permanentes;
- II – temporárias.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES PERMANENTES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 São comissões permanentes da Câmara:

- I – Comissão de Justiça e Redação;
- II – Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário;
- III – Comissão de Obras e Serviços Públicos;
- IV – Comissão de Educação e Cultura;
- V – Comissão de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente;
- VI – Comissão de Agricultura, Agroindústria e Pecuária.

Art. 46 As comissões permanentes serão compostas por três Vereadores para mandato coincidente com o mandato da Mesa.

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 47 As comissões permanentes são constituídas por Vereadores, titulares ou suplentes em exercício, e nelas será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos representados na Câmara.

§1º No caso de licença de qualquer titular das comissões permanentes, assumir, automaticamente, o respectivo suplente do membro da comissão, que desempenhará a função a ser designada pelo Presidente. (Redação alterada pela Resolução nº 25, de 10 de setembro de 2019).

§ 2º O suplente não substituirá na comissão a função do Presidente, sendo que no caso de licença deste, a presidência será exercida pelo titular mais idoso dentre os seus membros.

Art. 48 Os líderes entregarão ao Presidente da Câmara, até a leitura do expediente do dia da sessão de constituição das comissões permanentes, a nominata dos Vereadores que integrarão as comissões.

Art. 49 Constituídas as Comissões Permanentes, reunir-se-á cada uma delas,

no prazo de três dias, para, sob a presidência do mais idoso dos seus membros presentes, proceder à eleição do Presidente.

§ 1º A eleição para a presidência da comissão será feita por acordo entre as bancadas ou pelo voto.

§ 2º Enquanto não for possível a eleição prevista neste artigo, a comissão será presidida, interinamente, pelo mais idoso dos seus membros.

§ 3º Após a eleição do Presidente, os dias e horas das reuniões ordinárias serão comunicados, por escrito, à Mesa.

Art. 50 Cada comissão reunir-se-á, no mínimo, uma vez por semana e sempre que convocada pelo seu Presidente.

Art. 51 Os membros das comissões permanentes serão destituídos caso não compareçam a três reuniões ordinárias consecutivas.

§ 1º Não se aplicará o disposto neste artigo ao Vereador que comunicar previamente ao Presidente da comissão as razões de sua ausência, justificando posteriormente perante a comissão.

§ 2º O Vereador destituído nos termos deste artigo não poderá ser designado para integrar nenhuma outra comissão permanente até o final da Sessão Legislativa.

Art. 52 Poderão participar das reuniões das comissões permanentes, como convidados, técnicos de reconhecida competência ou representantes de entidades, em condições de propiciar esclarecimentos sobre assunto submetido à apreciação das comissões.

Parágrafo Único. O convite será formulado pelo Presidente da comissão, a requerimento da maioria dos componentes da comissão.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA

Art. 53 Compete às Comissões Permanentes:

I – estudar proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, dando-lhes parecer, oferecendo-lhes substitutivos, emendas e subemendas;

II – promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público relativos à sua competência;

III – tomar a iniciativa de estudos e elaboração de proposições ligadas a matérias de sua competência;

Art. 54 É competência específica da Comissão de Justiça e Redação:

I – opinar sobre:

- a) aspectos jurídicos, de constitucionalidade e legalidade das proposições;
- b) aspecto gramatical e lógico das proposições;

c) razões de veto do Prefeito;
d) procedência ou improcedência de recurso contra decisão da presidência;
e) pedidos de cassação de mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito ou de Vereador.

II – elaborar a redação final dos projetos aprovados pelo Plenário;

III – responder consultas encaminhadas pelo Presidente da Câmara sobre questões de juridicidade de proposições apresentadas em Plenário;

IV – examinar se estão atendidos os requisitos à tramitação das proposições.

Parágrafo Único. A Comissão de Justiça e Redação opinará sobre todas as proposições, ressalvadas as que observem processo especial e as que, explicitamente, tiverem outro destino, nos termos deste Regimento ou da Lei Orgânica.

Art. 55 É competência específica da Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário:

I – emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, especialmente sobre a proposta orçamentária anual, do plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias;

II – emitir parecer sobre a prestação de contas do Prefeito e do Presidente da Câmara, após recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, opinando pela aprovação ou rejeição, elaborando projeto de Decreto Legislativo e projeto de Resolução, respectivamente;

III – examinar parecer sobre proposições referentes a matéria financeira e tributária, abertura de créditos adicionais, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;

IV – examinar parecer sobre proposições que fixem ou alterem vencimentos de servidores, e dos titulares de cargos eletivos, e a verba de representação do Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 56 É competência específica da Comissão de Obras e Serviços Públicos:

I – opinar sobre assuntos referentes ao parcelamento e uso do solo urbano, sistema viário, loteamentos regulares, irregulares e clandestinos;

II – estudar, dar parecer e elaborar proposições ligadas ao parcelamento do solo urbano, desmembramentos e loteamentos populares;

III – opinar sobre proposições relativas ao Plano Diretor Urbano e Código de Obras;

IV – opinar sobre questões ligadas ao sistema viário, áreas verdes e demais áreas públicas;

V – estudar, dar parecer e elaborar proposições sobre as obras públicas;

VI – opinar e dar parecer sobre denominação de ruas e logradouros públicos;

VII – promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público relativos à sua competência.

Art. 57 É competência específica da Comissão de Educação e Cultura:

I – opinar sobre assuntos referentes à educação, patrimônio histórico, desenvolvimento cultural, artístico, esportivo e turístico do Município;

II – promover palestras, encontros, seminários e campanhas educativas e de valorização da cultura e história do esporte, lazer e turismo do Município;

III – promover estudos e pesquisas relativas à educação, cultura e história do Município;

IV – apoiar e incentivar os grupos que cultuam as tradições, a história e os valores culturais, esportivos e turísticos do Município.

Art. 58 É competência específica da Comissão de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente:

I – quanto aos aspectos da saúde e assistência social:

a) opinar sobre assuntos referentes à assistência social, à saúde, vigilância sanitária e epidemiológica;

b) promover palestras, conferências, estudos, debates e trabalhos técnicos relativos ao direito da população à saúde e à assistência social;

c) acompanhar os programas de duração continuada, bem como os repasses de auxílios e subvenções;

d) opinar sobre assuntos concernentes a programas de assistência social e obras comunitárias;

II – quanto ao meio ambiente:

a) realizar estudos, opinar e promover palestras sobre a defesa do meio ambiente e da ecologia;

b) promover palestras, conferências, estudos, debates e trabalhos técnicos relativos a poluição do ar, das águas e dos solos, por agentes físicos, químicos e biológicos;

c) opinar sobre a conservação dos recursos naturais e ecossistemas;

d) acompanhar a criação, ampliação ou manutenção dos parques e reservas biológicas;

e) acompanhar os estudos científicos sobre outros danos e agravos ao meio ambiente que possam resultar em riscos para a saúde, a segurança pública, a flora e a fauna;

f) opinar sobre os projetos de lei e atos normativos pertinentes à matéria;

g) estimular a formação da consciência pública voltada à preservação do meio ambiente.

Art. 59 É competência específica da Comissão de Agricultura, Agroindústria e Pecuária:

I – opinar, exarar parecer sobre aspectos atinentes à agricultura, agroindústria, pecuária, pesca e cooperativismo;

II – estudar, dar parecer, opinar sobre terras públicas, uso ou posse temporária da terra, contratos agrários, alienação e concessão de terras públicas, assuntos fundiários e demais matérias referentes ao setor primário de nossa economia; estímulos fiscais, financeiros e creditícios à agricultura, à pesquisa e experimentação agrícolas;

III – opinar, emitir parecer sobre políticas agrícolas, de desenvolvimento tecnológico e de extensão rural; de abastecimentos, comercialização e exportação de produtos agropecuários; de eletrificação rural; de irrigação municipal e de insumos agropecuários;

IV – estudar, dar parecer sobre organização do setor rural, condições sociais do meio rural, planejamento agrícola e seguro agrícola;

V – promover palestras, conferências, estudos e debates e providenciar trabalhos técnicos relativos à agroindústria;

VI – manifestar-se sobre política agroindustrial; padrões alimentares do homem do campo; demanda e oferta de produtos industrializados com matéria-prima oriunda da agricultura; associativismo; propriedade rural; mão-de-obra familiar rural; êxodo rural; transferências de tecnologias agroindustriais para pequenos proprietários rurais e programas de incentivos fiscais, creditícios e linhas de financiamento à agroindústria;

VII – exarar parecer, acompanhar os assuntos concernentes à vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; padronização e inspeção de produtos vegetais e animais; padronização, inspeção e fiscalização do uso de defensivos agrotóxicos nas atividades agropecuárias; meteorologia e climatologia.

SEÇÃO IV

DA PRESIDÊNCIA

Art. 60 Ao Presidente da Comissão compete:

I – presidir as reuniões da comissão, mantendo a ordem e a serenidade necessárias;

II – fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la à discussão e votação;

III – dar à comissão conhecimento de toda a matéria recebida; designar relatores, distribuindo proporcionalmente a matéria sujeita à apreciação, podendo avocar a si o relato de qualquer processo;

IV – convocar reuniões extraordinárias;

V – conceder a palavra nas reuniões da comissão;

VI – conceder vista das proposições aos membros da comissão ou requerê-las;

VII – assinar os pareceres em primeiro lugar;

VIII – ser representante da comissão junto à Mesa;

IX – resolver, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem suscitadas na comissão;

X – enviar à Mesa, no fim do período legislativo, como subsídio para o relatório anual, resumo das atividades da comissão;

XI – votar em todas as deliberações da comissão;

XII – transmitir à Câmara o pronunciamento da comissão, quando solicitado, durante as sessões plenárias.

SEÇÃO V DAS REUNIÕES

Art. 61 As comissões reunir-se-ão, ordinariamente, uma ou mais vezes por semana, em dias prefixados, ou extraordinariamente, quando convocadas por seu Presidente.

Art. 62 As reuniões das comissões serão públicas, salvo deliberação em contrário, delas podendo participar qualquer Vereador, que poderá discutir o assunto de que se ocuparem e apresentar sugestões e esclarecimentos.

§ 1º As comissões não poderão reunir-se durante o transcorrer das sessões plenárias, ressalvadas as exceções regimentais.

§ 2º Das reuniões das comissões, quando necessário e determinado pelo Presidente, lavrar-se-á ata, com o sumário do que nelas houver ocorrido, que serão assinadas pelos membros presentes.

Art. 63 Sempre que qualquer membro de comissão não possa comparecer às reuniões, deverá comunicar ao Presidente, previamente.

SEÇÃO VI DOS TRABALHOS

Art. 64 O trabalho das Comissões Permanentes obedecerá à seguinte ordem:

I – leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, quando for o caso;

II – leitura sumária do expediente;

III – distribuição da matéria aos Relatores;

IV – leitura dos pareceres;

V – discussão e votação dos pareceres.

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada por decisão da comissão, quando se tratar de proposição urgente, ou quando solicitada preferência para determinada matéria.

§ 2º Tratando-se de matéria em regime de urgência, o Presidente designará relator, independentemente de reunião da comissão.

§ 3º As comissões deliberarão por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

§ 4º A comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro expediente que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adoção ou a sua rejeição, total ou parcial, seu arquivamento, formular projetos deles decorrentes, dar-lhe substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 65 Salvo as exceções previstas neste Regimento, para emitir parecer sobre qualquer matéria, cada comissão terá o prazo de dez dias, prorrogável por mais sete dias pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento devidamente fundamentado.

§ 1º O prazo previsto neste artigo começa a correr a partir da entrada do processo legislativo na comissão e se encerra às 17h30min do décimo dia, na forma do §1º, do art. 102, desta Resolução.

§ 2º O Presidente da comissão, dentro do prazo máximo de dois dias, designará os respectivos Relatores e a reunião da comissão, que deverá ocorrer no prazo de até sete dias. (Redação alterada pela Resolução nº 26, de 01 de outubro de 2019).

§ 3º O Relator terá como prazo para relatar a matéria a data da reunião de comissão.

§ 4º Esgotado o prazo sem apresentação do parecer, o Presidente designará novo Relator, sendo-lhe entregue imediatamente o processo.

§ 5º Decorridos os prazos previstos no caput deste artigo, deverá o processo ser devolvido à presidência da Mesa, com ou sem parecer, sendo que na falta deste, o Presidente da comissão declarará o motivo.

§ 6º Não devolvido o processo na forma do §5º, o Presidente da Mesa determinará a sua tramitação pela cópia.

§ 7º Se mais de uma Comissão tiver que se manifestar sobre a mesma proposição, os prazos correrão simultaneamente. (Redação alterada pela Resolução nº 03, de 14 de março de 2017).

§ 8º Os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. (Redação alterada pela Resolução nº 26, de 01 de outubro de 2019).

Art. 66 As Comissões Permanentes poderão requerer ao Executivo Municipal ou a quaisquer órgãos ou entidades públicas ou privadas, por intermédio do Presidente da Câmara, independentemente de manifestação do Plenário, todas as informações que julgar necessárias.

§ 1º O pedido de informações interrompe os prazos previstos no art. 65.

§ 2º A interrupção mencionada no §1º cessará após trinta dias corridos, contados da data de expedição do respectivo ofício.

Art. 67 O recesso da Câmara interrompe todos os prazos previstos nesta Seção.

Art. 68 O parecer da comissão consistirá no relatório da matéria e conclusão, sugerindo sua adoção, sua rejeição ou seu arquivamento, com emendas, subemendas e substitutivos que julgar necessários.

Art. 69 Os pareceres serão escritos e assinados por todos ou pela maioria dos membros da comissão.

Art. 70 Das decisões dos Presidentes das Comissões Permanentes cabe recurso ao Plenário.

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71 As Comissões Temporárias terão a duração limitada ao tempo que lhes for fixado pela Resolução que as constituir, podendo ser prorrogadas, *ad referendum* do Plenário, também por prazo determinado.

§ 1º Adotar-se-á, na composição das comissões, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares representados na Câmara.

§ 2º O prazo de duração das comissões temporárias interrompe-se no recesso da Câmara de Vereadores.

Art. 72 As Comissões Temporárias poderão ser:

- I – especiais;
- II – de inquérito;
- III – de representação;
- IV – representativa.

SEÇÃO II

DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 73 As Comissões Especiais, constituídas mediante requerimento aprovado por maioria simples, destinam-se ao estudo de problemas municipais, à tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância, bem como examinar assunto considerado pelo Plenário como relevante ou excepcional.

§ 1º No requerimento deverá ser indicada a finalidade, devidamente fundamentada, bem como o tempo de duração da comissão, que não correrá no recesso da Câmara de Vereadores.

§ 2º As comissões especiais serão compostas por três Vereadores, salvo deliberação contrária do Plenário.

SEÇÃO III

DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Art. 74 A Câmara Municipal a requerimento, no mínimo de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para, em prazo certo, apurar fato determinado, sendo suas conclusões, se for o caso, também encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores, cabendo-lhes também apreciar denúncia que possa resultar em destituição da Mesa ou de membro da Mesa.

§ 1º Recebido o requerimento o Presidente comunicará o pedido ao Plenário, desde que satisfaça os requisitos legais, caso contrário devolvê-lo-á ao primeiro signatário, cabendo dessa decisão, no prazo de três dias, recurso ao Plenário.

§ 2º Comunicada ao Plenário a instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito será ela constituída, no mínimo, por três Vereadores, que serão indicados ao Presidente no prazo de cinco dias.

§ 3º Após nomeada, a Comissão Parlamentar de Inquérito terá o prazo improrrogável de sete dias para instalar-se e de noventa dias para concluir os trabalhos, prorrogável, por deliberação do Plenário, por igual período.

§ 4º A comissão que não se instalar dentro do prazo fixado no §3º será declarada extinta, criando-se uma nova.

§ 5º No exercício de suas atribuições, as comissões de inquérito deverão ouvir os indiciados e poderão determinar diligências, inquirir testemunhas, requisitar informações, requerer a convocação de Secretários municipais e praticar os atos indispensáveis para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º Membros da comissão de inquérito ou servidores da Câmara Municipal poderão ser destacados para realizar sindicâncias ou diligências.

§ 7º A conclusão dos trabalhos da comissão de inquérito constará em Relatório aprovado por seus membros e encaminhado à Mesa, que fará a leitura do Relatório em Plenário, e se for o caso o encaminhará ao Poder Executivo e ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores.

§ 8º Aplicam-se subsidiariamente às comissão de inquérito, no que couber, as normas da legislação federal e do Código de Processo Penal.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 75 As comissões constituídas para representar a Câmara em atos externos serão indicadas através de Resolução de Mesa, ouvidas as lideranças de bancadas.

Parágrafo Único. Quando a Câmara se fizer representar em conferências,

reuniões, congressos e simpósios vinculados à atividade legislativa, serão preferencialmente indicados os Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário e membros das comissões permanentes que tenham o assunto na esfera de suas atribuições.

SEÇÃO V

DA COMISSÃO REPRESENTATIVA

Art. 76 A Comissão Representativa, a ser eleita na última sessão ordinária da sessão legislativa, exercerá as funções administrativas do Poder Legislativo durante o período de recesso.

Parágrafo Único. A Comissão Representativa será constituída por número ímpar de membros, composta pelo Presidente da Câmara e, no mínimo, mais dois membros indicados pelos líderes de bancada ou blocos.

Art. 77 As reuniões da Comissão Representativa, a semelhança das reuniões da Câmara serão realizadas ordinariamente na terceira segunda-feira do mês, às dezoito horas e trinta minutos, presentes, no mínimo, a maioria absoluta dos seus membros, ou quando convocada extraordinariamente por seu Presidente.

Parágrafo Único. Qualquer outro Vereador poderá, sem direito a voto, participar das reuniões, que serão realizadas na sala de reuniões da Câmara.

Art. 78 Compete à Comissão Representativa:

I – zelar pelas prerrogativas do Poder legislativo;

II – zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

III – autorizar o Prefeito, o Vice-Prefeito e o Presidente da Câmara a se ausentarem do Município nos termos da Lei Orgânica;

IV – convocar Secretários municipais e servidores para prestar informações, de acordo com o disposto neste Regimento e na Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO V

DOS PARECERES

Art. 79 O parecer da comissão deverá consistir de relatório da matéria podendo opinar pela aprovação ou rejeição da proposição, ou o seu arquivamento, fundamentando a ausência de condições para sua tramitação.

Parágrafo Único. Salvo nos casos expressamente previstos neste Regimento, o parecer será por escrito e constará de três partes:

I – exposição da matéria em exame;

II – fundamentos do relator, tanto quanto possível sintético, com sua opinião

sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria e, quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo, emenda e subemenda;

III – conclusão e decisão da comissão, com a assinatura dos membros que votarem a favor ou contra.

Art. 80 Os membros das comissões emitirão seus juízos sobre a manifestação do relator mediante voto.

§ 1º O relatório somente será transformado em parecer se aprovado pela maioria dos membros da comissão.

§ 2º A simples aposição da assinatura, sem qualquer outra observação, implicará concordância total do signatário à manifestação do relator.

Art. 81 Para efeito de contagem de votos emitidos, serão ainda considerados:

I – favorável, os que tragam ao lado da assinatura do votante a indicação "com restrições" ou "pelas conclusões";

II – contrários, os que tragam ao lado da assinatura do votante e indicação "contrário".

Art. 82 Poderá o membro da comissão exarar voto em separado, devidamente fundamentado:

I – "pelas conclusões", quando, favorável às conclusões do relator, lhes dê outra e diversa fundamentação;

II – "aditivo", quando, favorável às conclusões do relator, acrescente novos argumentos á sua fundamentação;

III – "contrário", quando se oponha frontalmente às conclusões do relator.

§ 1º O voto do Relator não acolhido pela maioria da comissão constituirá voto vencido.

§ 2º O voto em separado, divergente ou não das conclusões do Relator, desde que acolhido pela maioria da comissão, passará a constituir o parecer da Comissão.

TÍTULO VI DO PLENÁRIO CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 83 O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara.

§ 1º O Plenário é constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, na forma e número legal previsto na Lei Orgânica Municipal.

§ 2º As reuniões realizar-se-ão na sede da Câmara, salvo deliberação do Plenário.

§ 3º – O quorum para a realização das reuniões é um terço dos membros da Câmara, podendo haver deliberação somente com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros, computando-se para tanto os votos em branco e as abstenções”. (Redação alterada pela Resolução nº 02, de 12 de junho de 2014).

Art. 84 As deliberações do Plenário, salvo as exceções constitucionais, serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores, o que corresponde à maioria simples.

I – a maioria absoluta corresponde a mais da metade dos membros da Câmara;

II – o quorum qualificado corresponde a dois terços dos membros da Câmara.

Parágrafo Único. Sempre que não houver determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 85 Ao Plenário cabe deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara Municipal prevista na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias atribuídas explícita ou implicitamente ao Município pelas Constituições da República e do Estado, e especialmente sobre as matérias estabelecidas na Lei Orgânica.

CAPÍTULO II

DO LÍDER DE BANCADA E DE GOVERNO

Art. 86 As representações partidárias indicarão à presidência, por escrito, na primeira sessão ordinária de cada ano legislativo, os seus líderes e vice-líderes, caso não tenham feito a indicação na sessão solene de instalação.

Art. 87 O líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intermediário autorizado entre ela e os órgãos da Câmara.

Parágrafo Único. O vice-líder é o substituto do líder em suas ausências, licenças ou impedimentos, ou quando desempenhar delegação sua em Plenário, sucedendo-lhe pela ordem nos impedimentos subsequentes.

Art. 88 Aos líderes de bancada compete:

I – indicar os Vereadores de sua representação para integrar comissões;

II – discutir projetos e encaminhar-lhes a votação, pelo prazo regimental, e emendar proposições em qualquer fase de discussão;

III – usar da palavra em comunicação urgente;

IV – exercer outras atribuições constantes deste Regimento;

V – direito após explicações pessoais a uma comunicação.

Art. 89 As comunicações urgentes de líder poderão ser feitas no momento da

reunião, sendo concedida a palavra a cada líder, para esse efeito, apenas uma vez.

Parágrafo Único. A comunicação de líder, seja urgente ou após explicações pessoais, deve consistir tão somente em avisos ou comunicados, não podendo ser utilizada para manifestação de posicionamento do líder ou bancada.

Art. 90 O líder do governo é o porta-voz oficial do Executivo, cabendo a este sua indicação.

TÍTULO VII
DAS SESSÕES
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
SEÇÃO I
DAS ESPÉCIES DE SESSÕES

Art. 91 As sessões da câmara são:

- I – solene de instalação;
- II – ordinárias;
- III – extraordinárias;
- IV – especiais, solenes ou comemorativas;
- V – secretas.

Art. 92 As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Art. 93 Na abertura das sessões de que tratam os incisos I a IV, do art. 91 o Presidente convocará os presentes para ouvir o Hino Nacional ou o Hino Rio-Grandense logo em seguida, usará a expressão “declaro abertos os trabalhos da presente sessão”.

Parágrafo Único. Ao final, o Presidente encerrará a sessão com a expressão “declaro encerrada esta sessão”.

Art. 94 As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara e terão a duração máxima de três horas, salvo deliberação do Plenário.

Parágrafo Único. Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que tiver a presença confirmada em painel eletrônico, na forma do art. 41, inciso II, desta Resolução ou que assinar o livro de presença, em caso de inviabilidade técnica para o modo eletrônico, e participar das discussões e votações da ordem do dia. (Redação alterada pela Resolução nº 43, de 18 de outubro de 2023).

Art. 95 Em sessão plenária cuja abertura e prosseguimento dependam de quorum, este poderá ser constatado através de verificação de presença feita ou

determinada de ofício pelo Presidente, ou a pedido de qualquer Vereador, atendido de imediato.

Parágrafo Único. Haverá tolerância máxima de quinze minutos da hora regimental para o início da sessão ordinária ou extraordinária, finda a qual, não havendo membro legal para a direção dos trabalhos ou faltando quorum qualificado para o funcionamento, os Vereadores presentes retirar-se-ão do Plenário, após a assinatura no livro próprio, lavrando-se ata declaratória.

SEÇÃO II

DA SUSPENSÃO E DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Art. 96 A Sessão poderá ser suspensa:

I – para preservação da ordem;

II – para permitir, quando for o caso, que a comissão possa apresentar parecer verbal ou escrito;

III – para recepcionar visitantes ilustres;

IV – a requerimento de qualquer Vereador, ad referendum do Plenário.

Art. 97 A sessão será encerrada antes do horário regimental nos seguintes casos:

I – por falta de quorum regimental para prosseguimento dos trabalhos;

II – em caráter excepcional por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade, ou por grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante deliberação do Plenário em requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos Vereadores;

III – tumulto grave;

IV – esgotada a matéria da ordem do dia.

SEÇÃO III

DA PRORROGAÇÃO DAS SESSÕES

Art. 98 As sessões poderão ser prorrogadas por tempo determinado ou para terminar a discussão e votação de proposição em debate.

Art. 99 Os requerimentos de prorrogação serão escritos ou verbais, não se admitindo declaração de voto.

Parágrafo Único. O Presidente, ao receber o requerimento, dele dará conhecimento ao Plenário e o colocará em votação, interrompendo, se for o caso, o orador que estiver com a palavra.

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES ORDINÁRIAS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 100 As sessões ordinárias serão realizadas todas as segundas-feiras, exceto as que coincidem com feriados ou pontos facultativos, com início às dezoito horas e trinta minutos e terão a duração máxima de três horas, podendo ser prorrogadas nos termos deste regimento.

Parágrafo Único – Por deliberação de dois terços dos Membros da Câmara, havendo motivo relevante, as sessões poderão ocorrer em data diversa daquela constante do Caput. (Redação alterada pela Resolução nº 02, de 12 de junho de 2014).

SEÇÃO II
DO EXPEDIENTE

Art. 101 O expediente dará início à sessão e se destina à provação da Ata da sessão anterior, aos informes da Presidência, à leitura resumida da matéria oriunda do Executivo e de outras origens e à apresentação de proposições apresentadas por Vereadores. (Redação alterada pela Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2017).

Art. 102 Aprovada a Ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecendo à seguinte ordem de expediente:

I – proposições do Prefeito;

II – proposições apresentadas pelos Vereadores;

III – outras proposições;

IV — respostas e respectivos Pedidos de Informações (Inciso incluindo pela Resolução nº 30, de 14 de julho de 2022).

§ 1º As proposições encaminhadas à Secretaria da Câmara somente poderão ser incluídas na pauta, se apresentadas até as dezessete horas e trinta minutos, da quinta-feira que antecede a sessão ordinária. (Redação alterada pela Resolução nº 11, de 31 de maio de 2017).

§ 2º Na leitura das proposições, obedecer-se-á à seguinte ordem:

I – projetos de Resolução;

II – projetos de Decretos Legislativos;

III – projetos de Lei;

IV – projetos de Lei Complementar;

V – requerimentos em regime de urgência;

VI – requerimentos comuns;

VII – indicações;

VIII – moções.

(Redação alterada pela Resolução nº 35, de 8 de fevereiro de 2023).

§ 3º Encerrada a leituras das proposições, nenhuma matéria poderá ser apresentada, ressalvando casos de extrema urgência, reconhecidos no Plenário.

§ 4º Dos documentos apresentados no expediente, serão fornecidas cópias, quando solicitadas, aos Vereadores.

§ 5º A matéria da Ordem do Dia será publicada e ficará acessível em sistema informatizado aos Vereadores a partir das 15h da sexta-feira que antecede a sessão ordinária. (Redação dada pela Resolução nº 13, de 24 de outubro de 2017).

Art. 103 Terminada a leitura do expediente, o Presidente dará início ao pequeno expediente, no qual cada Vereador poderá usar da palavra pelo prazo máximo de dois minutos, para breves comunicações ou comentários sobre a matéria apresentada.

SEÇÃO III

DO USO DA TRIBUNA

Art.104 Esgotado o Expediente e o Pequeno Expediente, passar-se-á às manifestações dos Vereadores, com o uso da Tribuna pela ordem de inscrição.

Parágrafo Único: As inscrições para o uso da tribuna serão feitas eletronicamente pelo sistema de votação, ou, em caso de inviabilidade técnica para o modo eletrônico, de próprio punho, pelo Vereador, em livro específico, até o encerramento do Expediente. (Redação alterada pela Resolução nº 43, de 18 de outubro de 2023).

Art.105 As explanações na Tribuna são destinadas à manifestação do Vereador sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

Parágrafo Primeiro: Cada Vereador disporá de doze minutos para falar na Tribuna.

Parágrafo Segundo: Encerrado o uso da Tribuna, será concedido um intervalo regimental de dez minutos. (Redação alterada pela Resolução nº 06, de 14 de março de 2017).

SEÇÃO IV

DA ORDEM DO DIA

Art. 106 Findo o uso da tribuna, tratar-se-á da matéria destinada à ordem do dia.

§ 1º Será realizada a verificação de presenças e a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º Não se verificando o quorum regimental, o Presidente aguardará quinze minutos antes de declarar encerrada a sessão.

Art. 107 Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão sem que tenha sido incluída na ordem do dia.

§ 1º O Secretário lerá a matéria que se houver de discutir e votar, podendo ser dispensada, se assim o julgarem os Vereadores, desde que tenham conhecimento da Ordem do Dia.

§ 2º A votação da matéria proposta será feita na forma determinada por este Regimento.

Art. 108 A organização da pauta da ordem do dia obedecerá à seguinte classificação;

I – projetos de leis de iniciativa do Prefeito, para os quais tenha sido solicitada urgência;

II – projetos de lei complementar, para os quais tenha sido solicitada urgência;

III – requerimentos apresentados em sessões anteriores ou na própria sessão, em regime de urgência;

IV – projetos de lei, de iniciativa do Prefeito, sem a solicitação de urgência;

V – projetos de lei complementar, sem a solicitação de urgência;

VI – projetos de resolução e decretos legislativos;

VII – projetos de lei, de iniciativa da Câmara;

VIII – recursos;

IX – projetos de iniciativa popular;

X – requerimentos apresentados em sessões anteriores ou na própria sessão;

XI – projetos de emenda à Lei Orgânica;

XII – proposições dos Vereadores.

(Redação alterada pela Resolução nº 35, de 8 de fevereiro de 2023).

SEÇÃO V

DA DISCUSSÃO

Art. 109 A discussão será geral, abrangendo o conjunto da proposição e suas emendas, exceto se o Plenário decidir debatê-las em partes.

Art. 110 Para discutir a proposição, terão preferência, pela ordem:

I – o seu Autor;

II – o Relator do parecer na Comissão que a examinou quanto ao mérito;

III – o Vereador integrante da Comissão que tenha sido vencido nas conclusões do parecer.

Art. 111 A disposição da matéria da ordem do dia somente poderá ser interrompida ou alterada por motivo de urgência, adiamento, preferência ou pedido de vistas, solicitadas por requerimento apresentado no decorrer da sessão e aprovado em Plenário. (Redação alterada pela Resolução nº 06, de 14 de março de 2017).

SEÇÃO VI

DAS EXPLANAÇÕES PESSOAIS

Art.112 Esgotada a ordem do dia, o Presidente concederá em seguida, a palavra a cada Vereador para as explanações pessoais.

Art.113 A solicitação para o espaço das explanações pessoais será feita em Plenário, eletronicamente pelo sistema de votação, após a abertura do espaço e até o momento em que o Presidente dê por encerrada as inscrições e prossiga com o início das explanações, ou em caso de inviabilidade técnica para o modo eletrônico, oralmente. (Redação alterada pela Resolução nº 43, de 18 de outubro de 2023).

§1º O Presidente acatará os pedidos e registrará sua ordem de solicitação.

§2º A palavra será concedida pelo Presidente, observado, tanto quanto possível o critério rotativo dos Vereadores, sendo cancelada a solicitação se o Vereador estiver ausente no momento ou, quando presente, desistir de falar. (Redação alterada pela Resolução nº 06, de 14 de março de 2017).

Art. 114 Terminado o Uso das Explanações Pessoais, o Presidente encerrará a Sessão e convocará os Vereadores para a subsequente. (Redação alterada pela Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2017).

CAPÍTULO III

DA CONVOCAÇÃO E DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 115 A Câmara poderá, durante o recesso, ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara, ou a requerimento da maioria de seus membros, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar, em todas as hipóteses com aprovação dessa condição pela maioria absoluta.

Parágrafo Único. Também poderão ser convocadas, durante as sessões legislativas, sessões extraordinárias, para apreciação de matéria de relevante interesse público e urgente.

Art. 116 A convocação, em qualquer dos casos, conterà a relação da matéria a ser apreciada e a indicação das proposições já em tramitação ou a ser apresentadas.

§ 1º A convocação dos parlamentares observará, no mínimo quarenta e oito

horas antes de sua realização, e será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara através de comunicação pessoal e escrita.

§ 2º Sempre que possível, a convocação far-se-á em reunião, caso em que será comunicada, por escrito, apenas aos ausentes.

Art. 117 Na sessão extraordinária a Câmara delibera exclusivamente sobre matéria para a qual tenha sido convocada.

Art. 118 Às sessões extraordinárias aplicam-se, no que couber, as normas deste Regimento.

Art. 119 As sessões extraordinárias poderão realizar-se em qualquer dia e horário, atendido o interesse público.

Art. 120 A convocação extraordinária extinguir-se-á somente quando houver a conclusão da matéria em pauta.

CAPÍTULO IV

DAS SESSÕES ESPECIAIS, SOLENES OU COMEMORATIVAS

Art. 121 As sessões especiais, solenes ou comemorativas destinam-se à concessão de títulos e outras honrarias, à comemoração de datas históricas e eventos especiais e homenagens a entidades e personalidades ilustres.

§ 1º A pauta destas sessões será formatada em comum acordo das lideranças das bancadas, sendo que os pronunciamentos serão realizados na Tribuna pelo Vereador proponente, e pelos representantes das Bancadas devidamente inscritos.

§ 2º A data das sessões previstas neste artigo será definida pela Mesa Diretora, ouvido o Vereador proponente e, preferencialmente, em data que não coincida com a sessão ordinária, salvo se o homenageado não dispuser de data não conflitante. (Redação incluída pela Resolução nº 27, de 17 de março de 2020).

Art. 122 As sessões previstas neste Capítulo serão propostas pelo Presidente ou a requerimento, no mínimo, de um terço dos membros da Câmara e aprovadas pelo Plenário.

Art. 123 Essas sessões serão abertas com a presença de convidados e de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

CAPÍTULO V

DAS SESSÕES SECRETAS

Art. 124 As sessões secretas serão realizadas quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar, por requerimento de um terço, no mínimo, dos Vereadores, e dependerá da aprovação de dois terços dos membros da Câmara.

Art. 125 A instalação da sessão secreta durante o transcurso da sessão pública implicará no encerramento desta.

Art. 126 Antes de iniciar-se a sessão secreta, todas as portas serão fechadas, permanecendo em Plenário apenas os Vereadores.

Art. 127 As sessões secretas só serão iniciadas com a presença, no mínimo, da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 128 A ata será lavrada pelo Secretário, lida e aprovada na mesma reunião, logo após sendo lavrada, em envelope fechado e rubricado pela Mesa e arquivado.

§ 1º As atas assim lavradas só poderão ser reabertas para exame em reunião secreta, sob pena de responsabilidade criminal.

§ 2º Será permitido ao Vereador, que houver participado dos debates, reduzir seu discurso a escrito, para ser arquivado com a ata e os documentos referentes à reunião.

§ 3º Qualquer retificação da ata deverá ser procedida na mesma sessão, ad referendum do Plenário.

Art. 129 Antes de encerrar-se a sessão secreta, o Plenário resolverá se deverão ficar secretos, no todo ou em parte, os seus debates e deliberação, ou constar de ata pública, fixando-se o prazo em que deva ser mantido o sigilo.

CAPÍTULO VI

DAS ATAS

Art. 130 De cada sessão da Câmara lavrar-se-á uma ata, na qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos realizados.

§ 1º As proposições e documentos apresentados em sessão serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pelo Plenário.

§ 2º A transcrição de declaração de voto, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao Presidente, que não poderá recusá-la.

Art. 131 A Ata da sessão anterior ficará à disposição dos Vereadores para a verificação vinte e quatro horas antes do início da sessão. Ao iniciar-se a sessão, com número regimental de presenças, o Presidente submeterá a ata à discussão e votação.

§ 1º Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata, no todo ou em parte.

§ 2º Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata, para pedir sua retificação ou impugná-la.

§ 3º Feita à impugnação, será a mesma retificada ou lavrada uma nova Ata, quando for o caso.

§ 4º Aprovada a Ata, será assinada pelo Presidente, pelo Secretário e demais Vereadores.

Art. 132 A Ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação, com qualquer número antes de encerrar-se a sessão.

TÍTULO VIII
DAS PROPOSIÇÕES
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 133 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara e consistirá em:

- I – Projeto de Emenda à Lei Orgânica;
- II – Projeto de Lei;
- III – Projeto de Decreto Legislativo;
- IV – Projeto de Resolução;
- V – Requerimento;
- VI – Indicação;
- VII – Moção;
- VIII – Substitutivo;
- IX – Emenda;
- X – Subemenda.

XI – Indicação de Projeto de Lei. (Redação alterada pela Resolução nº 04, de 19 de dezembro de 2016).

XII – Projeto de Lei Complementar. (Redação incluída pela Resolução nº 35, de 8 de fevereiro de 2023).

CAPÍTULO II
DOS PROJETOS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 134 A Câmara exerce sua função legislativa por meio de:

- I – Emendas à Lei Orgânica;
- II – Leis Ordinárias;
- III – Decretos Legislativos;
- IV – Resoluções;

V – Leis Complementares. (Redação incluída pela Resolução nº 35, de 8 de fevereiro de 2023).

Art. 135 A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada por iniciativa de, no

mínimo, um terço dos Vereadores, do Prefeito e por iniciativa popular e exigirá para sua aprovação, obrigatoriamente, dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços dos membros da Câmara.

Art. 136 Projeto de Lei é a proposição que se destina a disciplinar matéria de competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, ressalvada a promulgação, pela Mesa, das emendas à Lei Orgânica do Município.

Art. 137 A iniciativa dos projetos de lei será:

I – de Vereador;

II – de comissão;

III – do Prefeito;

IV – popular.

Art. 138 Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada à deliberação do Plenário sobre matérias de caráter político-administrativo de efeitos externos e impositivos que excedam os limites da economia interna.

§ 1º Aprovado, será o Decreto Legislativo promulgado pela Mesa da Câmara.

§ 2º Constituem matéria de Decreto Legislativo:

I – concessão de licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito para ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo;

II – aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar.

III – cassação do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador na forma prevista na legislação federal;

IV – concessão de títulos honoríficos ou outras honrarias;

V – mudança da sede da Câmara, provisória ou definitiva;

VI – demais deliberações do Plenário sobre atos provindos do Poder Executivo ou proposições de repercussão externa e de interesse geral do Município.

Art. 139 Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa de exclusiva competência da Câmara e de efeitos internos, sujeita ao processo legislativo.

§ 1º Aprovada, será a Resolução promulgada pelo Presidente da Câmara de Vereadores, na forma do art. 205, deste Regimento Interno; (Redação alterada pela Resolução nº 05, de 14 de março de 2017).

§ 2º Constituem matéria de projeto de Resolução;

I – o Regimento Interno e suas alterações;

II – a organização dos serviços administrativos da Câmara;

III – destituição de membro da Mesa;

IV – conclusões da comissão de inquérito, quando for o caso;

V – concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

VI – criação de comissão especial, de inquérito ou mista;

VII – todo e qualquer assunto de economia interna da Câmara, de caráter geral e normativo, não compreendido nos limites dos meros atos administrativos.

Art. 140 A iniciativa dos projetos de Decreto Legislativo e de Resolução caberá a qualquer Vereador, salvo os que disponham sobre os serviços administrativos da Câmara, que são privativos da Mesa Diretora.

Parágrafo único. Também são de iniciativa da Mesa os projetos de Lei de fixação ou alteração de vencimentos dos servidores e dos subsídios dos agentes políticos, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais.

Art. 140-A. Projeto de Lei Complementar é a proposição destinada a deliberação do Plenário para tratar da matéria constante no art. 27, da Lei Orgânica Municipal. (Redação incluída pela Resolução nº 35, de 8 de fevereiro de 2023).

SEÇÃO II

DA TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 141 Nenhuma matéria poderá ser posta em discussão sem ter sido previamente incluída na ordem do dia.

Parágrafo Único. A disposição deste artigo não se aplica às sessões extraordinárias e às proposições em regime de urgência, que obedecerão ao seu trâmite específico.

Art. 142 Os projetos apresentados serão lidos e despachados de plano às comissões permanentes.

Parágrafo Único. As comissões, desde que aprovadas por sua maioria, poderão oferecer substitutivos, emendas e subemendas.

Art. 143 Todos os projetos, substitutivos, emendas e subemendas e respectivos pareceres, quando da sua entrada na Secretária da Câmara, ficarão acessíveis aos Vereadores em documento digitalizado e sendo entregues mediante cópia somente quando solicitado. (Redação alterada pela Resolução nº 16, de 24 de outubro de 2017).

Art. 143-A. O Poder Legislativo Municipal poderá implantar e utilizar o conceito de Processos Eletrônicos, através de sistema informatizado de tramitação eletrônica de documentos, tanto para documentos administrativos quanto para legislativos, com assinatura eletrônica dos documentos, nos termos da legislação federal vigente que regulamenta a matéria. (Redação incluída pela Resolução nº 43, de 18 de outubro de 2023).

SEÇÃO III

DA PREFERÊNCIA

Art. 144 Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra.

§ 1º O substitutivo de comissão tem preferência na votação sobre o projeto e, havendo substitutivo de mais de uma comissão, terá preferência o da comissão com competência específica sobre o mérito da proposição.

§ 2º Na votação de projetos sem substitutivos, as Emendas terão preferência na seguinte ordem:

I – supressivas;

II – substitutivas;

III – modificativas;

IV – aditivas;

V – de redação;

VI – as de comissões, na ordem dos itens anteriores, sobre as de Vereadores.

§ 3º Após a votação das emendas, na ordem de preferência estabelecida no §2º, será votada a proposição principal e, quando a proposição principal for substitutivo, rejeitada esta, a proposição inicial.

§ 4º As subemendas substitutivas têm preferência na votação sobre as respectivas emendas.

Art. 145 Quando ocorrer a apresentação de mais de um requerimento sujeito á votação, o Presidente regulará a preferência pela ordem de apresentação.

SEÇÃO IV

DA URGÊNCIA

Art. 146 Urgência é a abreviação do processo legislativo, em virtude de interesse público relevante, com a dispensa de exigências regimentais para que determinada proposição seja logo apreciada até sua decisão final.

Art. 147 A urgência poderá ser determinada:

I – pela Mesa, por decisão da maioria de seus membros;

II – a requerimento da comissão competente para opinar sobre o mérito da proposição ou mediante requerimento de Vereador, ouvido o Plenário.

§ 1º Aprovada o requerimento de urgência pelo Plenário, será a proposição incluída na ordem do dia da mesma sessão.

§ 2º Não será concedida urgência nos casos de reforma deste Regimento.

Art. 148 Quando se tratar de proposição de iniciativa do Prefeito para a qual tenha sido solicitada urgência, a mesma deverá ser votada em até trinta dias, após o que, será incluída na ordem do dia, sobrestando-se à deliberação quanto aos demais assuntos.

CAPÍTULO III

DOS REQUERIMENTOS

Art. 149 Requerimento é todo pedido verbal ou escrito, feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sobre qualquer assunto, por Vereador ou Comissão.

Art. 150 Quanto à competência para decidir os requerimentos, os mesmos são de duas espécies:

- I – sujeitos a despacho do Presidente;
- II – sujeitos à deliberação do Plenário.

Art. 151 Serão da alçada do Presidente da Câmara, e verbais, os requerimentos que solicitarem:

- I – a palavra, pela ordem;
- II – a leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- III – observância de disposição regimental;
- IV – a retirada, pelo autor, de requerimento ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- V – a retirada, pelo autor, de proposição com parecer contrário ou sem parecer ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- VI – verificação de presença ou de votação;
- VII – informações sobre os trabalhos ou sobre a pauta da ordem do dia.

Art. 152 Serão da alçada do Presidente, e escritos, os requerimentos que solicitarem:

- I – requisição de documento, processos, livros ou publicações existentes na Câmara, relacionados com a proposição em discussão;
- II – renúncia de membro da Mesa;
- III – audiência de comissão, quando o pedido for apresentado por outra;
- IV – juntada ou desentranhamento de documentos;
- V – informações, em caráter oficial, sobre atos da Mesa, da presidência ou da Câmara;
- VI – votos de pesar por falecimento;
- VII – constituição de comissão de representação;
- VIII – cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara;

IX – informações ao Prefeito, por seu intermédio, sempre sujeitas à deliberação do Plenário;

X – preenchimento de lugar em comissão;

XI – baixa de processo, a requerimento de comissão, no âmbito dos poderes públicos municipais;

XII – baixa de processo, a requerimento de comissão, em diligência, nos demais casos.

Art. 153 Serão da alçada do Plenário, verbais ou escritos, e votados sem discussão, os requerimentos que solicitarem:

I – destaque de matéria para votação;

II – determinado processo de votação;

III – audiência de comissão para assuntos em pauta. (Redação alterada pela Resolução nº 01, de 10 de maio de 2016.)

Art. 154 Serão da alçada do Plenário, ressalvados os poderes da Comissão Parlamentar de Inquérito, os requerimentos que solicitarem:

I – inserção de documento em ata ou nos anais;

II – retirada de proposição já submetida à discussão;

III – pedidos de informação a entidades públicas ou particulares;

IV – convocação de Secretário ou servidores para prestar informações;

V – audiência de Comissão, a pedido de Vereador.

Art. 155 As representações de outras edilidades, solicitando a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, após lidas no expediente serão encaminhadas às comissões competentes.

Parágrafo Único. Em caso de acolhimento da solicitação na respectiva Comissão, será elaborada proposição própria e remetida ao Plenário.

Art. 156 Independência de discussão e de votação, sendo de plano despachados pelo Presidente, os pedidos de retirada ou de devolução de processos originários do Poder Executivo, com ou sem parecer de comissão da Câmara.

Art. 157 Os requerimentos para levantamento da sessão, por motivo de pesar, desde que não se trate de falecimento de Vereador, Prefeito ou Vice-Prefeito do Município, Governador ou Vice-Governador do Estado, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal de Justiça do Estado, Presidente ou Vice-Presidente da República, somente serão recebidos pela Mesa quando contiverem a assinatura de, no mínimo, um terço dos Vereadores.

Art. 158 Na discussão dos requerimentos, cada Vereador disporá de dois minutos.

Art. 159 Não é permitido dar forma de requerimento a assuntos reservados por

este Regimento para constituir objeto de indicação ou moção.

CAPÍTULO IV DAS INDICAÇÕES

Art. 160 Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes e necessariamente serão escritas.

Art. 160-A. A Indicação de Projeto de Lei consiste na sugestão de projeto de lei, cuja competência legislativa não seja de iniciativa da Câmara de Vereadores. (Redação alterada pela Resolução nº 04, de 19 de dezembro de 2016).

Art. 161 As indicações serão lidas no expediente e encaminhadas a quem de direito.

Parágrafo Único: Após a leitura da Indicação de Projeto de Lei, o proponente terá 5 minutos para explicação e os demais vereadores três minutos para a discussão. (Redação alterada pela Resolução nº 04, de 19 de dezembro de 2016).

CAPÍTULO V DAS MOÇÕES

Art. 162 Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, louvando, protestando ou repudiando.

Art. 163 A moção, depois de lida, será apreciada em discussão e votações únicas.

Parágrafo Único: Na discussão, cada Vereador disporá de dois minutos. (Redação alterada pela Resolução nº 01, de 10 de maio de 2016.)

Art. 164 Aprovada, a moção será encaminhada, através de ofício, a quem de direito.

Parágrafo Único: A critério do(s) proponente(s), a Moção de Louvor poderá ser entregue em plenário durante Sessão Ordinária, antes de iniciar o Expediente do dia, oportunidade em que o agraciado ou responsável pela entidade poderá fazer o uso da palavra, durante cinco minutos, precedido do proponente, que disporá do mesmo tempo. (Redação alterada pela Resolução nº 01, de 10 de maio de 2016.)

CAPÍTULO VI DOS SUBSTITUTIVOS, DAS EMENDAS E SUBEMENDAS

Art. 165 Substitutivo é a proposição apresentada por Vereador ou por Comissão em lugar de outra já existente sobre o mesmo assunto, que a modifique substancialmente, não podendo, entretanto, alterar-lhe a finalidade.

§ 1º Os Substitutivos só serão admitidos com parecer de Comissão

Permanente ou em Plenário durante a primeira discussão da matéria.

§ 2º Não será permitido ao Vereador ou à Comissão apresentar mais de um Substituto ao mesmo projeto sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

Art. 166 Emenda é a proposição apresentada por Vereador ou à Comissão que visa a alterar parte do projeto a que se refere.

§ 1º As Emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§ 2º Emenda Supressiva é a proposição que erradica qualquer parte da principal.

§ 3º Emenda Substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.

§ 4º Emenda Aditiva é a proposição apresentada que se acrescenta à outra.

§ 5º Não será admitida Emenda Substitutiva ou Aditiva que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º Emenda Modificativa é a que se refere apenas à redação do artigo, sem alterar a sua substância.

Art. 167 A Emenda apresentada a outra Emenda denomina-se subemenda.

CAPÍTULO VII

DA RETIRADA DAS PROPOSIÇÕES

Art. 168 O autor poderá solicitar, em qualquer fase de elaboração legislativa, a retirada de sua proposição, desde que ainda não tenha iniciado a discussão e votação

Parágrafo Único: No caso de projetos de autoria do Poder Executivo, o pedido de retirada da proposição poderá ser efetuado pelo Líder de Governo. (Redação alterada pela Resolução nº 04, de 14 de março de 2017).

Art. 169 No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior que estejam sem parecer ou com parecer contrário das comissões competentes.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de lei, oriundos do Executivo ou de comissões da Câmara, que deverão ser consultados a respeito de eventual arquivamento.

§ 2º Cada Vereador, mediante requerimento dirigido ao Presidente, poderá solicitar o desarquivamento de projetos e o reinício da tramitação regimental.

TÍTULO IX

DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 170 O Vereador só poderá manifestar-se mediante permissão do Presidente, sob pena de advertência e posterior cassação da palavra.

Art. 171 Discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates no Plenário.

Art. 172 A discussão destinada ao debate das proposições da ordem do dia serão alternadas e versará sobre o conjunto da proposição, salvo decisão do Plenário de efetuar o debate por partes.

Art. 173 Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores atender às seguintes determinações:

I – dirigir-se sempre ao Presidente ou à Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder a apartes;

II – não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente, sendo que nos apartes deverá receber autorização do orador;

III – referir-se ou dirigir-se ao outro Vereador respeitosamente.

Art. 174 O Vereador somente poderá falar para:

I – apresentar retificação ou impugnação de ata;

II – discutir matéria em debate;

III – apartear, na forma regimental;

IV – apresentar questão de ordem, na observância de disposição regimental ou solicitar esclarecimentos à Presidência, sobre a ordem dos trabalhos;

V – encaminhar a votação, nos termos deste Regimento;

VI – justificar a urgência ou requerimento, nos termos deste Regimento;

VII – justificar seu voto;

VIII – explicação pessoal, nos termos deste Regimento;

IX – apresentar requerimentos, nos termos deste Regimento;

X – quando no uso da Tribuna.

Art. 175 O Vereador que solicitar a palavra deverá, inicialmente, declarar a que título, conforme previsto no art. 174, pede a palavra e não poderá:

I – usar da palavra para finalidade diferente da alegada;

II – desviar-se da matéria em debate;

III – falar sobre matéria vencida;

IV – ultrapassar o prazo de tempo que lhe competir;

V – usar de linguagem imprópria;

VI – deixar de atender as advertências do Presidente.

Art. 176 O Presidente da Câmara solicitará ao orador que interrompa seu

discurso nos seguintes casos para:

I – leitura de requerimento de urgência;

II – comunicação importante à Câmara;

III – atender pedido de palavra, "Pela Ordem", para propor questão de ordem regimental.

SEÇÃO I

DOS APARTES

Art. 177 O aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador, que não pode exceder a dois minutos, para indagação, esclarecimentos ou contestação.

Art. 178 Não serão admitidos apartes:

I – paralelos e cruzados;

II – quando o orador estiver declarando seu voto, falando sobre a ata, pela ordem ou em questão de ordem.

CAPÍTULO II

DO PEDIDO DE VISTAS

Art. 179 O pedido de vistas para estudo será requerido, até o início da votação, por qualquer Vereador e deferido pelo Plenário.

§ 1º O prazo máximo de vistas é de 7 dias, prorrogáveis mediante deliberação do Plenário, uma vez por igual período.

§ 2º A proposição deverá ser incluída na Ordem do Dia da primeira sessão subsequente ao término do prazo de vistas (Redação alterada pela Resolução nº 24, de 10 de setembro de 2019).

CAPÍTULO III

DA VOTAÇÃO

Art. 180 Votação é o ato complementar da discussão, através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

§ 2º Quando, no curso de uma votação, esgota-se o tempo destinado à sessão, esta será dada por prorrogada até que se conclua por inteiro a votação da matéria, ressalvada a hipótese da falta de número para deliberação, caso em que a sessão será dada por encerrada imediatamente.

Art. 181 A pedido de qualquer vereador, através de requerimento escrito ou verbal, formulado antes de anunciada a votação, com a permissão do Plenário, poderá ocorrer:

I – A votação das emendas destacadamente, uma a uma;

II – A votação das proposições por Títulos, Capítulos, Seções ou grupos de artigos”. (Redação alterada pela Resolução nº 02, de 12 de junho de 2014).

SEÇÃO II

DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Art. 182 São três os processos de votação:

I – simbólico;

II – nominal;

III – secreto;

IV – eletrônico. (Redação incluída pela Resolução nº 43, de 18 de outubro de 2023).

Art. 183 O processo simbólico praticar-se-á manifestando-se tão somente os Vereadores que desaprovam a proposição.

§ 1º Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará o nome dos Vereadores que votaram a favor e dos que votaram contra, tanto em declaração de voto como não, bem como as abstenções e ausências.

§ 2º Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente poderá pedir aos Vereadores que se manifestem novamente.

§ 3º O processo simbólico será de regra geral para as votações, somente sendo substituído por requerimento de algum Vereador, independente de aprovação do Plenário.

Art. 184 A votação nominal será feita mediante chamada dos presentes pelo Presidente, devendo os Vereadores responder “favorável” ou “contra”, conforme forem favoráveis ou contrários à proposição.

Parágrafo Único. O Presidente proclamará o resultado mandando ler o nome dos Vereadores que tenham votado “favorável” e dos que tenham votado “contra”.

Art. 185 A votação será secreta nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal e neste Regimento.

§ 1º Proceder-se-á a votação por meio de cédulas impressas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário.

§ 2º A apuração será feita por dois escrutinadores, anotada pelo Primeiro Secretário e proclamada pelo Presidente, podendo ser fiscalizada pelas lideranças partidárias.

Art. 185-A. A votação eletrônica será feita por meio de sistema eletrônico de votação, com acesso mediante senha, que será de responsabilidade individual de cada vereador, ficando o registro das votações sempre nominal, disponibilizado em ata gerada pelo sistema. (Redação incluída pela Resolução nº 43, de 18 de outubro de 2023).

SEÇÃO III

DA VERIFICAÇÃO NOMINAL DA VOTAÇÃO

Art. 186 Sempre que julgar conveniente, qualquer Vereador poderá pedir verificação de votação nominal.

Parágrafo Único. O pedido deverá ser formulado logo após ter sido dado a conhecer o resultado da votação e antes de se passar a outro assunto.

Art. 187 A verificação se fará por meio de chamada nominal, proclamando o Presidente o resultado sem que constem na ata as respostas especificadamente.

Parágrafo Único. Não se procederá a mais de uma verificação para cada votação.

SEÇÃO IV

DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Art. 188 A declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável à matéria em votação.

Art. 189 Para declarar seu voto cada Vereador disporá de um minuto, sendo vedados apartes.

CAPÍTULO IV

DO TEMPO DE USO DA PALAVRA

Art. 190 O tempo que dispõe o Vereador para uso da palavra será solicitado e controlado por sistema eletrônico e começará afluír no instante em que lhe for dada a palavra. (Redação alterada pela Resolução nº 43, de 18 de outubro de 2023).

Parágrafo Único. Quando o orador for interrompido em seu discurso por qualquer motivo, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

Art. 191 Salvo disposição expressa em contrário, o tempo de que dispõe o Vereador para falar é assim fixado:

I – para pedir retificação ou impugnação de ata: dois minutos;

II – na discussão de:

a) veto: dois minutos;

b) projetos: três minutos, mais cinco minutos para o Líder; (Redação alterada pela Resolução nº 03, de 1º de dezembro de 2016).

c) parecer das comissões técnicas: dois minutos;

d) parecer do Tribunal de Contas do Estado sobre contas da Mesa e do Prefeito: cinco minutos;

e) processo de destituição da Mesa ou de membros da Mesa: dez minutos para cada Vereador e quarenta e cinco minutos para o denunciado ou denunciados;

f) processo de cassação de mandato de Vereador ou de responsabilidade do Prefeito: dez minutos para cada Vereador e quarenta e cinco minutos para o denunciado ou seu procurador;

g) moções: dois minutos;

h) requerimentos: dois minutos;

i) recursos: três minutos.

III – nas explanações pessoais: três minutos. (Redação alterada pela Resolução nº 03, de 1º de dezembro de 2016).

IV – para explicação de Autor ou Relator de Projetos, quando requerida: cinco minutos. (Redação alterada pela Resolução nº 03, de 1º de dezembro de 2016).

V – para declaração de voto: um minuto, sem apartes;

VI – pela ordem: dois minutos, sem apartes;

VII – para solicitar esclarecimentos a Secretários Municipais e servidores quando estes comparecerem à Câmara, convocados ou não: três minutos, sem apartes;

VIII – em declaração de Líder: três minutos, com apartes;

IX – uso da Tribuna em sessões ordinárias: doze minutos com direito a apartes, sendo que cada aparte não acrescerá e nem diminuirá o tempo do orador. Poderá ser realizado um aparte por Vereador;

X – uso da Tribuna em sessões especiais, solenes e comemorativas, será de dez minutos, e fará uso da palavra o Vereador proponente e um Vereador do Bloco contrário ao do proponente.

CAPÍTULO V

DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS

SEÇÃO I

DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 192 Questão de ordem é toda dúvida levantada em plenário quanto à interpretação do regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§ 1º As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretenda elucidar.

§ 2º Não observando o proponente o disposto neste artigo, poderá o Presidente

cassar– lhe a palavra e não tomar em consideração a questão levantada.

Art. 193 Formulada a questão de ordem, facultada a sua contestação por um dos Vereadores, será ela cumulativamente decidida pela Mesa.

Parágrafo Único. Inconformado com a decisão, poderá o Vereador requerer a sua apreciação pelo Plenário.

SEÇÃO II

DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS

Art. 194 Os casos não previstos neste Regimento ou os que suscitarem diferentes interpretações serão resolvidos pela Mesa, cabendo da decisão recurso ao Plenário.

Parágrafo Único. A deliberação, se assim decidir o Plenário será objeto de Súmula a ser inserida em Resolução de Mesa.

SEÇÃO III

DOS RECURSOS

Art. 195 Os recursos contra os atos do Presidente serão interpostos dentro do prazo de dez dias, contados da data da ocorrência, por simples petição a ele dirigida.

§ 1º O recurso será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, para opinar e elaborar projeto de resolução no prazo de cinco dias.

§ 2º Apresentado o parecer como projeto de Resolução, acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo submetido a uma única discussão e votação na ordem do dia da primeira sessão ordinária ou extraordinária.

§ 3º Os prazos marcados neste artigo não se interrompem nem se suspendem.

CAPÍTULO VI

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 196 Terminada a fase da votação da proposição a mesma, com as emendas aprovadas, será enviada à Comissão de Justiça e Redação para elaborar a redação final, de acordo com o deliberado, no prazo de três dias.

Art. 197 O projeto com a redação dada pela Comissão, quando for o caso de inclusão de emendas aprovadas, ficará, pelo prazo de três dias, na Secretaria da Câmara para exame dos Vereadores.

Art. 198 Assinalada a incoerência ou contradição na redação, poderá ser apresentada na sessão imediata, por qualquer um dos Vereadores, sugestão de alteração, desde que não altere a substância do aprovado.

Parágrafo Único. A alteração sugerida será votada na mesma sessão e, se

aprovada, será imediatamente retificada a redação final.

Art. 199 Terminada a fase de votação, estando para esgotar-se os prazos previstos por Regimento Interno e pela legislação competente para a tramitação dos projetos na Câmara, a redação final será feita na mesma sessão pela comissão, com a maioria de seus membros, devendo o Presidente designar outros membros para a comissão, quando ausentes do Plenário os titulares.

§ 1º À Mesa caberá, somente, a retificação da redação, se assinalada incoerência ou contradição.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos requerimentos, com pedido de urgência, aprovados pelo Plenário.

TÍTULO X

DAS LEIS

CAPÍTULO I

DA PROMULGAÇÃO, DA SANÇÃO E DO VETO

Art. 200 Aprovado o projeto de Lei, na forma regimental será ele, no prazo de cinco dias consecutivos enviado ao Prefeito, que terá quinze dias úteis, contados daquele em que o receber, para sancioná-lo ou vetá-lo.

§ 1º Os originais da Lei remetidos ao Poder Executivo terão sua cópia arquivada na Secretaria da Câmara.

§ 2º Decorridos os prazos sem manifestação do Prefeito, considerar-se-á sancionada tacitamente a Lei.

§ 3º Se a Lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente da Câmara fazê-lo, sob pena de responsabilidade.

Art. 201 Se o Prefeito considerar o projeto inconstitucional, ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, parcial ou totalmente, dentro do prazo especificado no caput do art. 200, comunicando à Câmara as razões do veto dentro do prazo de quarenta e oito horas.

§ 1º A apreciação do veto em Plenário deverá ser feita dentro do prazo de trinta dias de seu recebimento só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara. (Redação alterada pela Resolução nº 02, de 12 de junho de 2014).

§ 2º Recebido o veto, o Presidente o encaminhará à Comissão de Justiça e Redação, dentro de cinco dias, que poderá solicitar audiência de outras comissões.

§ 3º As comissões terão o prazo de dez dias, improrrogáveis, para a sua manifestação.

§ 4º Se a Comissão de Justiça e Redação não se pronunciar no prazo indicado, a Mesa Diretora incluirá o veto na pauta da ordem do dia da sessão imediata,

independente de parecer.

Art. 202 A apreciação do veto será feita em uma única discussão e votação.

Parágrafo Único. A discussão será englobadamente realizada e a votação poderá ser feita em partes, se requerida e aprovada pelo Plenário.

Art. 203 Rejeitado o veto, será o projeto enviado, para promulgação, ao Prefeito.

Art. 204 Os projetos de Resolução e de Decretos Legislativos serão promulgados pelo Presidente da Câmara.

Art. 205 A fórmula para promulgação das Resoluções e dos Decretos Legislativos, pelo Presidente da Câmara é a seguinte: “O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlos Barbosa, faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a(o) seguinte Resolução (Decreto Legislativo)”.

TÍTULO XI

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

CAPÍTULO I

DOS CÓDIGOS

Art. 206 Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado sobre a matéria tratada.

Art. 207 Consolidação é a reunião das diversas leis em vigor sobre o mesmo assunto, objetivando sistematizá-las.

Art. 208 Estatuto ou Regimento é o conjunto de normas disciplinares fundamentais que regem a atividade de um órgão ou entidade.

Art. 209 Os projetos de códigos, consolidação, estatutos ou regimentos, depois de apresentados ao Plenário, serão publicados, distribuídos por cópias aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Justiça e Redação.

§ 1º Durante o prazo de quarenta e cinco dias poderão os Vereadores encaminhar à Comissão de Justiça e Redação sugestões de emenda ao projeto.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, a Comissão terá mais quarenta e cinco dias para exarar parecer, incorporando ou não as emendas sugeridas.

§ 3º Decorrido o prazo, ou antes, com o parecer entrará o projeto para a pauta da ordem do dia.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO

Art. 210 Recebidos os projetos das leis orçamentárias, o Presidente determinará a baixa às comissões permanentes, disponibilizando-as, via digital, a todos

os Vereadores, se for o caso.

§1º As comissões permanentes terão o prazo de vinte e cinco dias para exarar seu parecer.

§ 2º O Presidente da comissão, dentro do prazo máximo de dois dias úteis, designará os respectivos Relatores e a reunião da comissão, que deverá ocorrer no prazo de até vinte dias, contados da data em que o projeto deu entrada na Comissão. (Redação alterada pela Resolução nº 02, de 14 de março de 2017).

Art. 211 Poderá cada Vereador falar, na fase de discussão, dez minutos sobre o projeto em globo e mais três minutos sobre emendas.

§ 1º Terão preferências na discussão: o Autor da Emenda e o Relator.

§ 2º Serão votadas, após o encerramento da discussão, primeiramente as Emendas uma a uma e depois o projeto.

Art. 212 Se a discussão estiver ocorrendo no último dia do prazo, o Presidente de ofício, prorrogará a sessão até a discussão e votação da matéria.

Art. 213 Se os projetos forem vetados, total ou parcialmente, a discussão do veto seguirá as normas previstas neste Regimento.

CAPÍTULO III

DA CONCESSÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS

Art. 214 A Câmara, através de Decreto Legislativo, aprovado por, no mínimo, dois terços de seus membros, poderá conceder título de Cidadão Barbosense ou qualquer outra homenagem a personalidades nacionais ou estrangeiras que tenham cooperado para o enriquecimento do patrimônio material, espiritual ou cultural do Município e por isto mereçam o testemunho público do seu reconhecimento. (Redação alterada pela Resolução nº 01, de 07 de dezembro de 2012.)

Art. 215 Para discutir projeto de concessão de título honorífico cada Vereador disporá de cinco minutos.

Art. 216 A entrega dos títulos será feita em sessão especial, convocada unicamente para esse fim.

TÍTULO XII

DA POLÍCIA INTERNA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 217 O policiamento do recinto da Câmara compete privativamente à presidência e será normalmente feito por seus funcionários, podendo o Presidente requisitar elementos da corporação civil ou militar para manter a ordem interna.

Art. 218 Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:

- I – apresente-se decentemente trajado;
- II – não porte armas;
- III – conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- IV – não manifeste apoio nem desaprovação ao que passa no Plenário;
- V – respeite os Vereadores;
- VI – atenda às determinações da Mesa;
- VII – não interpele os Vereadores.

§ 1º Pela inobservância destes deveres, poderão os assistentes ser obrigados pela Mesa, a retirar-se imediatamente do recinto, sem prejuízo de outras medidas.

§ 2º Se no recinto da Câmara for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade policial competente, para a lavratura do auto e instrução do processo crime correspondente. Se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente para instauração de inquérito.

TÍTULO XIII

DA RELAÇÃO COM O PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO I

DO PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS E DIRETORES

Art. 219 Poderá o Prefeito, independentemente de convocação ou convite, comparecer à Câmara, em dia e hora previamente estabelecidos, para prestar esclarecimentos sobre matéria que julgar oportuno expor pessoalmente.

Art. 220 Anualmente, no mês de março, a Câmara receberá, em sessão ordinária, o Prefeito Municipal, que informará, através de relatório, o estado em que se encontram os assuntos municipais e os planos de governo.

Art. 221 Na sessão a que comparecer, o Prefeito ou Secretário não será interrompido, nem apartado durante a exposição que apresentar, no prazo máximo de uma hora.

§ 1º Concluída a exposição do Prefeito ou do Secretário, os Vereadores que desejarem interpellá-lo, poderão fazê-lo, pelo prazo de três minutos e com direito a réplica de dois minutos.

§ 2º A cada interpelação é reservado ao Prefeito ou ao Secretário o direito de prestar esclarecimentos complementares, pelo tempo de cinco minutos, e na réplica, pelo tempo de cinco minutos.

§ 3º O Prefeito poderá fazer-se acompanhar de funcionários, diretores e Secretários para assessorá-lo nas informações.

§4º O Prefeito, os Secretários e os assessores estão sujeitos, durante a sessão, às normas deste Regimento.

§ 5º (Revogado pela Resolução nº 30, de 14 de julho de 2022).

Art. 222 A Câmara Municipal ou suas comissões, por deliberação da maioria de seus membros, poderão convocar Secretários e servidores do Poder Executivo para comparecerem perante elas, a fim de prestarem informações sobre assuntos previamente designados e constantes da convocação.

Parágrafo Único. Independente de convocação, qualquer Secretário ou servidor a que se refere o caput do artigo, que desejar prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas à Câmara ou às suas comissões, poderá solicitar que lhe seja designado dia e hora para ouvi-los.

Art. 223 A convocação referida no art. 222 deverá ser encaminhada ao Poder Executivo, pelo Presidente da Câmara ou os das Comissões.

§ 1º O requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação e as questões que serão propostas.

§ 2º Aprovada a convocação, o Presidente fixará dia e hora para seu comparecimento, dando-lhe ciência da matéria sobre a qual versará a interpelação.

Art. 224 Na sessão a que comparecer o Secretário ou servidor fará, sem que possa ser interrompido, uma exposição sobre as questões que lhe forem propostas.

§ 1º Concluída a exposição, os Vereadores que desejarem interpelá-los, poderão fazê-lo.

§ 2º A cada interpelação, é reservado ao Secretário ou servidor prestar esclarecimentos complementares, se assim o entender.

§ 3º Não é permitido aos Vereadores apartear, nem levantar questões estranhas ao assunto da convocação.

§ 4º O Secretário ou servidor poderá fazer-se acompanhar de funcionários para assessorá-los nas informações, ficando sujeitos, durante a sessão, às normas deste Regimento.

§ 5º (Revogado pela Resolução nº 30, de 14 de julho de 2022).

CAPÍTULO II

DAS INFORMAÇÕES

Art. 225 Compete à Câmara, no exercício de sua função fiscalizadora, solicitar ao Prefeito informações sobre assuntos referentes à administração municipal.

§ 1º As informações serão solicitadas por requerimento fundamentado proposto por Vereador e aprovado pelo Plenário.

§ 2º Os pedidos de informações serão encaminhados ao Prefeito, que terá prazo de trinta dias, contados da data de seu recebimento, para prestar as informações.

§ 3º Os pedidos de informações poderão ser reiterados, se não atenderem os objetivos do pedido, mediante novo requerimento, que deverá seguir a tramitação regimental, contando-se novo prazo.

§ 4º A matéria constante de pedido de informações rejeitado somente poderá constituir objeto de novo pedido de informações, no mesmo exercício legislativo, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

TÍTULO XIV DAS CONTAS CAPÍTULO I

DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Art. 226 O controle externo da fiscalização financeira e orçamentária será exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo:

I – apreciação de contas do exercício financeiro apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa Diretora;

II – acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município;

III – julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis pelos bens e valores públicos municipais.

Art. 227 Cientificada, a Câmara de Vereadores, do parecer do Tribunal de Contas do Estado, será a notificação encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário pela Mesa, a fim de que tenha acesso ao mesmo, bem como aos autos do processo eletrônico e exare seu parecer no prazo de até trinta dias. (Redação alterada pela Resolução nº 17, de 24 d outubro de 2017).

Art. 228 Para emitir seu parecer, a Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário poderá vistoriar as obras e serviços, solicitar esclarecimentos complementares ao Prefeito, para clarear partes obscuras.

Art. 229 Cabe a qualquer Vereador o direito de acompanhar os estudos da Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário, no período em que os processos estiverem entregues à mesma.

Art. 230 As contas serão submetidas a uma única discussão e votação.

Art. 231 Encerrada a discussão proceder-se-á imediatamente à votação.

Art. 232 A Câmara Municipal terá sessenta dias de prazo, a contar do recebimento do parecer do Tribunal de Contas do Estado, para a tomada e julgamento das contas do Prefeito e da Mesa Diretora.

Art. 233 Rejeitadas as contas, serão imediatamente remetidas ao Ministério

Público, para os devidos fins.

Art. 234 A Câmara funcionará, se necessário, em sessão extraordinária, de modo que as contas possam ser tomadas e julgadas no prazo estabelecido pela Lei Orgânica e por este Regimento.

TÍTULO XV
DA TRIBUNA POPULAR
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 235 Fica aberta a Tribuna Popular, a cada mês, na última sessão ordinária, por um espaço de até doze minutos, sem apartes, para manifestação de representantes de entidades do Município.

§ 1º O representante da entidade, para fazer uso da palavra na Tribuna Popular, deverá apresentar requerimento escrito, o qual deverá ser protocolado com, no mínimo, 10 dias de antecedência, indicando o tema que deseja abordar, que deverá ser de interesse e com repercussão na comunidade, e comprovando que está devidamente autorizado para tal representação.

§ 2º O pedido será analisado pelo Presidente e poderá ser indeferido, no caso do requerimento não respeitar os requisitos constantes no §1º, do art. 235.

§ 3º No caso de haver mais de uma entidade inscrita para uso da Tribuna Popular na mesma data, será obedecida a ordem de inscrição limitando-se a uma entidade por sessão, sendo que as excedentes terão assegurado o espaço na primeira data seguinte em que se realizar a Tribuna Popular, respeitando o limite indicado.

§ 4º O representante da entidade devidamente inscrita, fará o uso da Tribuna, após o encerramento do Expediente.

§ 5º O representante da entidade inscrita ao se pronunciar, deverá se restringir ao tema constante na inscrição, devendo evitar expressões que possam ferir a moral e o decoro da Câmara, bem como constituir descortesia aos vereadores, sob pena de ter a palavra cassada pelo Presidente. (Redação alterada pela Resolução nº 09, de 31 de maio de 2017).

TÍTULO XVI
DO REGIMENTO INTERNO
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO

Art. 236 O Projeto de Resolução que vise alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno somente será admitido quando proposto:

I – por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara;

II – pela Mesa Diretora;

III – pela Comissão de Justiça e Redação;

IV – pela Comissão Especial constituída para esse fim.

Parágrafo Único. O projeto de Resolução a que se refere este artigo será aprovado pela maioria simples dos membros da Câmara.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 237 Os casos omissos ou as dúvidas que eventualmente surjam quanto à tramitação a ser dada a qualquer processo serão submetidos à decisão da Mesa da Câmara, que firmará o critério a ser adotado, *ad referendum* do Plenário.

Art. 238 A Secretaria da Câmara fará reproduzir este Regimento enviando cópia à Biblioteca Municipal, à Administração Pública Municipal Direta e Indireta e a cada um dos Vereadores.

Art. 239 Ao fim de cada ano legislativo, a Secretaria da Câmara, sob orientação da Comissão de Justiça e Redação, elaborará e publicará separata contendo as alterações e interpretações sumuladas deste Regimento, cuja cópia também deverá ser encaminhada às entidades citadas no art. 238. (Redação alterada pela Resolução nº 18, de 24 de outubro de 2017).

Art. 240 Revoga-se a Resolução nº 05, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 241 Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARLOS BARBOSA, AOS 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

TODSON MARCELO ANDRADE
Presidente

RAFAEL DALCIN
Vice-Presidente

LUCIANO BARONI
1º Secretário

TERENCIANO STEFFANI

2º Secretário